



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e três de junho de dois mil e quinze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, Maria Ângela Dias Lima Pereira – Vice-Presidente e Gilson Antônio Marques – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Nélio Aurélio de Souza. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Conforme solicitação do Senhor Presidente, o Plenário permaneceu um minuto em silêncio pelo falecimento do Sr. Antônio Marcos Vieira, o Cicinão, ex-jogador do Villa Nova. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia dezesseis de junho de dois mil e quinze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Presidente anunciou: “Em Tempo da Ata da Reunião Especial do dia dezoito de junho de 2015 referente à eleição para o Cargo de Secretário da Mesa Diretora Biênio 2015/2016, em virtude de cumprimento de decisão judicial, em caráter liminar, proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Nova Lima que anulou a eleição ocorrida no dia doze de junho de dois mil e quinze”. O Senhor Presidente informou que o referido ‘Em Tempo’ foi encaminhado aos gabinetes para os vereadores conferirem-no. Colocou-o em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou o ‘Em Tempo’ da Ata da Reunião Especial do dia dezoito de junho de dois mil e quinze.



O Senhor Presidente proferiu leitura do Ofício 021/2015. Nova Lima/MG, 23 de junho de 2015. Da Assessoria Financeira da Câmara Municipal de Nova Lima. Referência: informações/presta. Encaminha estimativa de impacto orçamentário-financeiro na qual se aponta legalidade para autorização de aumento do percentual de nove por cento nos vencimentos dos servidores municipais do Poder Legislativo a partir de maio de 2015. Assinam Domingos dos Santos Gamba, Assessor Financeiro da Câmara Municipal de Nova Lima e Leandra Cristina Ferreira, Diretora de Contabilidade da Câmara Municipal de Nova Lima. O Senhor Presidente: “aqui a Reis e Reis Auditoria Associados fez o impacto financeiro. Cada vereador receberá este documento. Quero dizer que, a partir de primeiro de maio a Câmara concederá um aumento no percentual de nove por cento a todos os funcionários do Legislativo”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, Questão de Ordem, só para fazer uma pergunta. Esse aumento não é ainda uma decisão não, não é? Ainda vai vim alguma coisa...”. O Senhor Presidente: “essa decisão é uma decisão que nós conversamos com o Financeiro, com a assessoria da Câmara. A Câmara tem recursos para dar, realmente, esses nove por cento. Me parece que o governo foi oito ponto sete, então nós arredondamos mais ponto três. É uma coisa já definitiva porque eu estou sendo muito cobrado por alguns funcionários aqui da Câmara e a gente vê que o custo de vida, a cada vinte e quatro horas, no Brasil aumenta. E, realmente, a Câmara tem essa condição financeira e nós achamos por bem, a Presidência junto com o pessoal do Financeiro da Câmara, estudarmos com carinho isso, este aumento e realmente é uma coisa... Eu pediria silêncio. Realmente é uma coisa que, no nosso modo de entender, é um aumento justo”. O vereador Flávio de Almeida:



“depois eu conversei com o Senhor pessoalmente. É melhor”. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) Ofício Gabinete da Presidência nº 144/2015. Nova Lima/MG, 23 de junho de 2015. Solicita os documentos elencados ao Prefeito Municipal de Nova Lima. O Senhor Secretário: “estão faltando duas. Não assinaram nem Nélio Aurélio e nem Leci Alves Campos”. O Senhor Presidente: “Leci, você poderia assinar para a gente?”. O Senhor Secretário: “vai assinar? Então, Leci Alves Campos”. O Senhor Presidente: “esse documento contém nove assinaturas. O vereador Nélio Aurélio se estivesse aqui nesta reunião participando, tenho certeza que assinaria também. Então, nove assinaturas”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, pela ordem”. O Senhor Presidente: “próxima correspondência”. 2) Ofício DG-1193/2015. Do Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER), Engenheiro Célio Dantas de Brito. Belo Horizonte, 20 de maio de 2015. Referência: Moção de Protesto datada de 27/04/15. O Senhor Presidente: “apresentação de proposições”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu tinha feito...”. O Senhor Presidente: “você desculpa. Com a palavra, o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “boa noite, Senhor Presidente, Mesa Diretora, senhores vereadores. Eu quero cumprimentar, em especial, o meu pai que está aqui hoje acompanhando esta reunião. Cumprimentar a população de Nova Lima que nos acompanha via TV Banqueta. E eu quero fazer um comentário, Senhor Presidente, sobre esse pedido que o Senhor fez, o primeiro referente aos funcionários e à questão funcional da prefeitura. Dizer para o Senhor que eu tinha um requerimento que era quase que cópia perfeita desse, essa foi melhorada, eu tenho que reconhecer. E que a



gente ia apresentar esse requerimento sem ser nessa última reunião, na penúltima, quando a gente tinha uma preocupação muito grande com relação a toda essa questão salarial do município de Nova Lima. E aí, eu quero fazer aqui um comentário que foi um requerimento muito semelhante a esse que no ano passado nos permitiu alertar o prefeito para salários de trinta e um mil reais, para salários de quarenta mil reais, para horas extras no município, assim, totalmente discrepantes. Então, eu penso que o requerimento que o Senhor fez e que eu estou tendo o prazer de assinar. Aliás, não é um requerimento, é uma solicitação ao prefeito, não é? Ele foi muito feliz, eu assinei e acredito que é dessa forma que a gente pode dar respostas para a população, para os funcionários que hoje aqui estão, não é? Que dá para a gente ter uma noção de que exatamente é a folha da prefeitura. Sem essas informações a gente fica só no achismo e no achismo eu penso que a gente pode ser... Às vezes tratar as pessoas de forma desigual. Então, parabéns pelo requerimento e eu acho que foi perfeito”. O Senhor Presidente: “obrigado”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.523/2015, autoria do vereador Gilson Antônio Marques, que “Dá denominação à via pública que menciona e dá outras providências” – Rua Maria Dias Siqueira. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 2) Projeto de Lei nº 1.524/2015, autoria do vereador Gilson Antônio Marques, que “Dá denominação à via pública que menciona e dá outras providências” – Rua Geraldo Mateus da Silveira. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu gostaria que o Senhor consultasse o



Plenário para que dois projetos de minha autoria entrassem na pauta de hoje, um é o Decreto Legislativo 313 e o outro é um Projeto de Lei 1.528. E no Projeto de Lei 1.528, eu gostaria que o Senhor consultasse também para que fosse feito o parecer conjunto, por gentileza”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Flávio. Os vereadores que concordam, permaneçam como estão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “qual projeto?”. O vereador Flávio de Almeida: “é um Decreto Legislativo, o primeiro...”. O Senhor Presidente: “número...”. O vereador Flávio de Almeida: “313. E o outro é um Projeto de Lei 1.528, e nesse projeto 1.528 fosse feito o parecer conjunto”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “ele trata de que?”. O vereador Flávio de Almeida: “oi?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “qual é o assunto?”. O vereador Flávio de Almeida: “como é que é? Ah, o assunto. Um é título de cidadão honorário, não é? Que no meu quarto mandato este é o meu quinto título, então, ou seja, eu dou um por mandato. E o outro é uma modificação na lei anterior, de criação da guarda, onde no anterior diz ‘a Guarda desarmada’ e para que a Guarda de Nova Lima consiga estar apta para conseguir recursos, apta para a Polícia Federal, eu coloco a palavra ‘armada’. É só para que a gente saia do século passado e venha para o século atual”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “vamos conversar. O Senhor me permite, Senhor Presidente?” O Senhor Presidente: “permito, com a palavra o vereador André Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu sei que o senhor está colocando isso porque já foi aprovado até em uma lei federal aonde permite que a Guarda seja armada. A questão é saber a forma que se daria esse armamento aqui porque os primeiros que foram aprovados para a Guarda Municipal não tinham essa



ideia de armamento. Eu entendo totalmente favorável, só discutir a forma de aplicar isso, não é?”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor vereador Flávio, parece também que já saiu publicado no jornal a presença dos Guardas em Brasília para tratar alguma coisa desse tipo, não é isso?”. O vereador Flávio de Almeida: “é porque hoje já existe uma lei federal que diz esse termo. E se a gente não atualizar a nossa Guarda, a gente começa a perder alguns recursos e não dá o direito para o Guarda de num futuro próximo estar armado. Aí a gente quer que ele combate, mas ele não tem como combater”. O Senhor Presidente: “vou pedir ao Plenário autorização, colocar os dois projetos... A inclusão dos dois projetos nº 313, 1.528 do vereador Soldado Flávio. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos, aprovado”. 3) Projeto de Lei nº 1.526/2015, autoria do Poder Executivo, que “Altera, no que determina, a Lei Municipal nº 2.285, de 16/07/2012, além de dar outras providências”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O vereador Leci Alves Campos: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Leci Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “esse projeto de lei visa alterar o Conselho de Promoção da Igualdade Racial e a mensagem do Executivo foi datada de vinte e seis de maio e considera-se que o Conselho necessita dessa alteração até para receber os recursos para poder fazer o trabalho de promoção de igualdade racial. Então, eu gostaria que Vossa Excelência consultasse a Casa para que dispensássemos os pareceres e interstícios e que fizéssemos a votação desse projeto, se tiver primeira e segunda, na data de hoje para a gente não perder tempo com relação aos recursos desse Conselho”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O



Senhor Presidente: “vou colocar...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “se me permite...”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, eu também ia fazer uma proposição nesse sentido, até porque eu já havia conversado com o Senhor há duas semanas atrás na tentativa de colocar esse projeto em pauta. Na verdade, eu ia pedir um parecer conjunto das comissões para a gente analisar o projeto mais detidamente, mas concordo com o vereador Leci, se a gente conseguisse votar esse projeto ainda hoje penso que seria interessante”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “o senhor terminou? O vereador terminou?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, se quiser eu dou um aparte, não tem problema nenhum, mas beleza”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não, é... Eu desconheço, entendeu? O teor do... Eu ouvi ali só... Não, mas eu não estudei não. Estou dizendo que eu não estudei. Eu gostaria, pelo menos, que fosse parecer em conjunto, entendeu? Eu não estou a fim de votar...”. O vereador Leci Alves Campos: “não, Senhor Presidente, o senhor coloca em votação”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não. Perfeito. Eu estou dizendo que eu gostaria. A Casa, com certeza, é a maioria. Eu estou expressando o meu desejo, não quer dizer que ele vai ser uma ordem aqui não. Estou apenas dizendo que eu gostaria porque eu não tive tempo de analisar esse projeto e eu gostaria de analisá-lo. Se for dispensar interstícios e pareceres, ele vai ser votado, eu vou ser obrigado a votar contra mesmo sendo favorável porque eu desconheço. É só isso”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu também concordo com o vereador André Vieira, nós poderíamos fazer parecer em conjunto, não é? Parecer em conjunto.



O que eu estou sentindo nesta Casa é o seguinte, esse projeto aqui é datado de doze de maio de 2015. Então, nós estamos pedindo dispensa...”. O vereador Leci Alves Campos: “vinte e seis de maio”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “vinte e seis de maio de 2015. Nós estamos pedindo dispensa de interstícios, votação hoje, quando nós temos projetos que chegaram na Casa em janeiro de 2015 e que sequer foram lidos aqui na Casa. Então, isso me estranha. Isso me estranha”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, por favor, coloque em votação”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, Questão de Ordem. Eu, conversando com o meu líder de bancada, a gente também concorda que seja feito o parecer conjunto, só para não ter aquela dificuldade quando colocar para ser votado, a gente vai... A gente concorda com o parecer conjunto para o conhecimento da Casa”. O Senhor Presidente: “continua em discussão. Consulto o Plenário e coloco em discussão e votação a dispensa de interstícios e pareceres e votação do projeto 1.526 em primeira e segunda...”. O vereador Leci Alves Campos: “não, Senhor Presidente, pelo o que eu entendi aqui...”. O Senhor Presidente: “deixa eu completar, vereador”. O vereador Leci Alves Campos: “nós vamos separar aí. Nós vamos votar somente o parecer conjunto das comissões para fazer o parecer. A votação do projeto ficaria em outra oportunidade. Pelo menos o que eu entendi o consenso aqui foi isso”. Senhor Presidente: “é o que eu li aqui. Os vereadores que concordam com a solicitação do vereador Leci, dispensa de pareceres e interstícios...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “ele já mudou, ele já concordou com o parecer conjunto”. O vereador Flávio de Almeida: “é só o parecer conjunto”. O



Senhor Presidente: “o senhor mudou... Confecção do parecer em conjunto. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei 1.526/2015 à Comissão de Legislação e Justiça para parecer conjunto”.

4) Projeto de Lei nº 1.527/2015, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Executivo Municipal a desafetar a área pública indicada e a realizar a doação da mesma à Copasa/MG, além de dar outras providências”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, pela Ordem. Senhor Presidente e senhores vereadores, eu sei que esse projeto não está em discussão, portanto não vou me ater aqui a discuti-lo, mas eu queria chamar a atenção, não só da Casa, da Comissão de Legislação e Justiça que vai receber esse projeto, eu acredito que nos próximos dias, não é? Mas também para a população de Nova Lima. Nós tivemos vários projetos que versavam especificamente sobre a doação de terrenos do município para empreendimentos e eu entendo que isso aí é para a Copasa... Eu entendo que nesse caso é para a Copasa, mas o Ministério Público tem repudiado esse tipo de ação do município. É um terreno público que vai ser doado para uma empresa, a Copasa é uma empresa estatal que tem toda a sua condução de forma diferente. Então, eu penso que a Comissão de Legislação e Justiça, e eu tenho certeza que atenta a estas questões, vai analisar isso com muito cuidado. Isso aí não deixa de ser uma doação de terreno, independente de ser para a Copasa, para a igreja, para um empreendimento qualquer, é uma doação de terreno. E eu espero sinceramente que isso seja analisado pela Casa com muito cuidado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu concordo com você, vereador Silvânio Aguiar. Mas olhando a data aqui do projeto, ele deu entrada na Casa em janeiro de 2015. Então, eu gostaria de



solicitar aos vereadores que a gente pudesse fazer parecer em conjunto, caso a Casa concorde de a gente fazer parecer em conjunto. Não estou pedindo dispensa de pareceres, nada não. Estou pedindo parecer em conjunto da Comissão de Legislação e Justiça e logo em seguida da Comissão de Serviços Públicos, caso a Casa entenda que a gente possa fazer isso”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, já que está na discussão eu poderia, dois minutos?”. O Senhor Presidente: “com a palavra, o vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “já que lá vai de graça de novo, é para uma empresa que quando o cidadão não paga a sua água eles cortam, não tem nem piedade. Porque que a gente não faz uma reunião com os vereadores e a gente toma um caminho diferente? As instituições que são de utilidade pública no nosso município, em contrapartida, deixam de pagar a sua água, as instituições que são de utilidade pública. Eu acho que seria justo, uma vez que é um terreno... É só uma opinião, viu gente. Estou só dando um caminho que, às vezes, também pode ser até ilegal, mas, se houver a legalidade, que a gente faça uma contrapartida por que...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é uma proposição que a Casa pode fazer, não é?”. O vereador Flávio de Almeida: “eu digo assim, se for o caminho, pelo menos não fica completamente gratuito”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, apesar de eu já ter me pronunciado, o Senhor me permite mais uma vez?”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, mais uma vez eu volto a pedir à Casa para ter uma atenção. Respeito a vereadora Ângela, mas eu discordo desse parecer conjunto. Eu estou preocupado com isso, isso pode abrir uma brecha. Nós tivemos outros empreendimentos que vinha aqui



com quarenta por cento do valor do terreno a empresa pagando. Esse aí é uma doação do terreno para a Copasa. Eu penso que nós temos que analisar, isso pode abrir uma brecha. Nós temos associações comunitárias querendo terreno, nós temos várias entidades do município em busca de terreno. Eu acho que nós temos que analisar isso com muita calma”. O vereador Leci Alves Campos: “eu, como presidente da Comissão de Legislação e Justiça, até agradeço Vossa Excelência de ter explicado sobre essa questão do cuidado que a gente deve ter quando vai dar o parecer e, realmente, de tanto cuidado que eu vou ter, eu não concordo com o parecer conjunto também. Então, muito obrigado pela sua opinião, mas esse cuidado agora vai ser dobrado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente. Hoje, em homenagem ao seu pai que está aí, não é? Que o senhor falou. Nós vamos concordar, hoje. Até agora estamos concordando em tudo, que bom. Eu entendo exatamente da mesma maneira que o vereador Silvânio Aguiar se pronunciou em relação a esse projeto e vou mais além, é estatal até a página B, não é? Porque, na verdade, ela não é totalmente estatal. Então... Na hora de cobrar, como bem disse o vereador Flávio, não tem alívio não. A minha não tem alívio, a de ninguém tem alívio. Então... E tem condições para poder dar uma contrapartida para o município. A gente entende, de repente, a necessidade da área. Agora, no mínimo, a discussão tem que ser levantada e tem que ser muito cuidadosa, muito criteriosa porque é... Não é nem a questão dá água em si, é a questão do que o senhor ressaltou, da doação que tem sido um constante alvo de discussão nesta Casa. Então, a gente tem que analisar com bastante carinho. E eu queria deixar claro aqui o seguinte, que toda vez que a gente for surpreendido aqui no Plenário e a gente... Alguns



entendem isso como uma estratégia positiva. Mas quem entende isso como uma estratégia positiva, de trazer algo para cá sem conversar antes com os vereadores, também deve respeitar qualquer colocação porque se a gente é surpreendido aqui, então a gente é obrigado a se posicionar. Hoje eu já fui surpreendido aqui umas três vezes e mal a reunião começou. A começar pelo aumento do servidor da Casa, o projeto do nosso amigo ali, Flávio, que...”. O vereador Flávio de Almeida: “um bom projeto”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “bom projeto, mas eu confesso que estou sendo surpreendido. Então, se eu for surpreendido aqui, eu vou lutar para, no mínimo, ter a oportunidade de analisar e de tomar as decisões com bastante carinho. Volto a frisar, qualquer decisão tomada aqui a toque de caixa nunca é benefício para o município”. O vereador Flávio de Almeida: “porque que a Casa não convida a Copasa para vim, não é? Discutir o projeto com a gente? Aí a gente pode fazer algumas sugestões”. O Senhor Presidente: “eu só gostaria de dar uma explicação que, realmente, esse projeto está aqui na Casa há bastante tempo e eu sou sabedor que lá, naquele local, já existe uma caixa d’água. Só que ela é pequena e os bairros em torno cresceram muito e está necessitando de construir uma caixa d’água bem maior para que abasteça aquela região. Está faltando água naquela região e, realmente, a gente está solicitando, colocando... Pediria à senhora que fizesse silêncio, está atrapalhando a nossa reunião, por favor. Eu gostaria de explicar que, realmente, já existe a caixa d’água lá naquele local e que a região, nessa seca, tem que ter uma caixa d’água maior para abastecer aquela região. O que eu sei é isso aí”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu sou relator dessa comissão e eu gostaria, como relator, de convidar a Copasa para que



viesses a esta Casa para maiores esclarecimentos. Eu concordo com o Senhor que talvez a necessidade de, realmente, ter um maior reservatório naquela região, mesmo porque é uma região de muitas piscinas, não é? Então, eu acho que tem que ser, realmente, bem explicado e nós já tivemos maus exemplos de doações nesse município. Então, eu, como relator dessa comissão, eu não gostaria de cometer mais um erro. Então, que seja inicialmente convidada a Copasa para vir a esta Casa. Muito obrigado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, só para fechar esse assunto aí Copasa. O Senhor me permite? Até porque eu estava na fala aqui e aí acabei sendo atropelado”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer ao senhor que sobre esse projeto, eu conversei com o senhor lá na sala da Presidência hoje”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “a dois minutos da reunião o Senhor me pediu voto e eu discordei, mas não conheço o teor do projeto. O que eu quero dizer é o seguinte, não só em relação a essa questão aí, que eu não conheço. Conheço tanto quanto todo mundo aqui, o que ouviu da boca do Senhor agora. Existe e eu já ouvi aqui várias vezes, inclusive o vereador Flávio foi um dos que já questionou em relação à prestação de serviços da Copasa na região do Jardim Canadá. Existe a discussão do tratamento de esgoto da cidade que passa também pelo interesse da Copasa e que, uma vez acontecendo, e a gente sabe que é de interesse dela, a conta vai cair na população. Existe uma série de outros assuntos relacionados diretamente à Copasa. Então, esta Casa, não só em relação a isso daí que é do interesse dela, embora vá beneficiar à população da região e eu entendo que, nesse aspecto, vale a gente dar uma atenção especial. Mas olhando pelo lado da Copasa e dos interesses do município, a gente pode fazer um pacote aí, um conjunto de ações ou de discussões para



uma vez chamando a Copasa aqui ou um representante da Copasa aqui na Casa, a gente levante logo todas as discussões relacionadas a tudo o que é de interesse no município, o que eu acho que é profundamente válido”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é, isso é pertinente o que o senhor está colocando porque aí, não só a Comissão de Legislação e Justiça, mas também a Comissão de Serviços Públicos e a Comissão de Orçamento poderiam estar participando dessa discussão e já tirando todas as dúvidas”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “exatamente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “e aí, a gente teria mais rapidez na análise do projeto”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “só para a gente concluir e não parecer aqui, são tantas, não é? Mas a mais notória assim que cabe uma discussão, não sei aqui a posição de alguns vereadores se é favorável, eu também não sei quem é o responsável, mas já ouvi dizer que quem é a responsável é a Copasa, o caso do esgoto ali, daquela catanga que fica ali no... Que é tão questionada pelo pessoal do Vale dos Cristais ali, não é? E que há uma corrente que acredita que a responsabilidade é inteira de quem? Da Copasa. Então, tem vários assuntos que podem ser discutidos e ninguém está contra a Copasa aqui, muito pelo contrário, a gente está a favor do município. Obrigado, Presidente”. O Senhor Presidente: “devido ao não entendimento do Plenário, encaminho o Projeto de Lei 1.527/2015 à Comissão de Legislação e Justiça”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, só para encerrar. Deixar bem claro que será encaminhada a solicitação à Copasa para que eles compareçam aqui nesta Casa”. O Senhor Presidente: “posteriormente eu vou relatar sobre o assunto”. 5) Projeto de Resolução nº 140/2015, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Modifica a redação do



art. 172 da Resolução Legislativa nº 09/90, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima e dispõe sobre o seu funcionamento”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador Flávio de Almeida como Relator da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. O Senhor Presidente: “eu pediria à senhora novamente que a senhora permanecesse em silêncio, a senhora está atrapalhando a reunião. Estou sendo educado com a senhora”. 6) Projeto de Lei nº 1.528/2015, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Altera o artigo 1º da Lei 1.680 de 16 de julho de 2001 e dá outras providências”. Encaminhado para confecção de parecer conjunto. 7) Projeto de Decreto Legislativo nº 313/2015, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Elias Moreira Duarte”. Encaminhado à Comissão Especial, designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Leci Alves Campos, André Luiz Vieira da Silva e Gilson Antônio Marques, para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.520/2015, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício de 2016 e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Resolução nº 139/2015, autoria da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, que “Dispõe sobre a



criação da Comissão Permanente de Educação mediante alterações dos artigos 96 e 99 da Resolução nº 09/1990, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima e dispõe sobre o seu funcionamento”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 3) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 312/2015, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. João Honório da Neiva”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “antes de o Senhor entrar na segunda parte, eu gostaria de solicitar uma informação. O Parecer da Comissão de Serviços Públicos referente ao projeto do Executivo que trata do Programa Especial de Parcelamento – PEP já foi assinado e ele foi retirado de pauta porque faltava assinatura da Comissão de Serviços Públicos, e já foi assinado naquela mesma semana. Então, não entrou em pauta o Parecer da Comissão de Serviços Públicos desse Programa Especial de Parcelamento e isso está trazendo dificuldades financeiras para o Executivo. Então, eu gostaria que o Senhor olhasse isso com mais carinho, com mais dedicação mesmo porque esse projeto é, realmente, importante para a gente dar prosseguimento ao trabalho”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “vereador Flávio, eu vou dar uma explicação, depois eu passo a palavra para o senhor”. O vereador Flávio de Almeida: “tá, pode ficar à vontade”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer nesta noite que, às vezes, eu e alguns vereadores que estamos agindo corretamente nesta Casa, às vezes, nós estamos sendo bombardeados principalmente na imprensa. Eu fui eleito para agir corretamente como eu sempre agi nos meus vinte e dois anos de Câmara. Eu e o



vereador Flávio de Almeida estivemos na Secretaria Municipal da Fazenda com o Senhor Ronaldo Marques, solicitando informações por escrito, se o valor de um milhão e oitocentos mil reais foi para pagar a dívida integral ou parte dela de dezenove milhões, sendo a devedora a mineração AngloGold, que o total da dívida da AngloGold com o município. É por esse motivo que não coloquei o projeto em pauta, estamos aguardando informações da prefeitura. Eu acho que eu, juntamente com o vereador Flávio de Almeida, agimos corretamente. É obrigação da prefeitura, principalmente quando o vereador vai lá e pede por escrito é para não ficar com dúvidas. Eu e o Flávio agimos corretamente. Volto a frisar que há uma grande dúvida com relação a esse parcelamento, nós não sabemos... Antes falavam que ela tinha pago cinco milhões. Eu e o Flávio fomos lá, pagaram apenas um milhão e oitocentos de uma dívida de dezenove milhões. Nós queremos saber se esses um milhão e oitocentos foram abatidos no IPTU da AngloGold ou se fizeram um combinado, de uma dívida de dezenove milhões pagaram somente um milhão e oitocentos. Com a palavra, o vereador Flávio para as devidas explicações sobre o problema da AngloGold, IPTU”. O vereador Flávio de Almeida: “bom, Senhor Presidente, vem ocorrendo o que? Ano passado, alguns vereadores vão se lembrar, a dívida era de dezoito milhões e setecentos mil. Um Secretário narrou o seguinte fato: a dívida de dezoito milhões e setecentos mil caiu para doze milhões e alguns vereadores estavam presentes e ouviram. Depois, essa dívida de dezoito que tinha caído para doze caiu para cinco. Aí nós pedimos explicações, há um ano atrás, com comprovante bancário, de quanto foi realmente pago para o município. E quantas certidões negativas foram dadas para esta referida empresa de não débito.



Então, nós só queremos saber aonde está, realmente, a verdade. Votando esse projeto, alguns vão dizer assim ‘o que uma coisa tem a ver com a outra?’. Tudo a ver. Tudo a ver porque a dívida... Você não consegue pegar uma lei e falar assim ‘para José pode e para João não’. Então, tem que ser para todos. E a gente votando, nós vamos beneficiar, vamos favorecer aquilo que está errado. A gente só quer a busca da verdade, ou seja, depois de um ano, a gente pedindo que comprove, a gente vai para uma reunião para saber que não, que a dívida está aberta. Não é isso que a gente quer saber não, a gente quer saber aonde está, realmente, a verdade. Se deve, porque pagou doze, depois pagou cinco, depois é um milhão e oitocentos só. Tem alguma coisa errada nisso. Então, eu sou governo. Mas em um caso desses, gente, a gente abaixar a cabeça e a gente achar que vai favorecer, que vai ajudar o município a levantar as contas dele em cima de um erro, isso não está certo não. Está errado. Então, eu tenho até que agradecer a paciência do Presidente comigo, por ter me acompanhado nessa luta. A gente só quer o seguinte, se o Secretário de Fazenda manda para esta Casa os comprovantes de que foram feitos os pagamentos e se existe certidão negativa, tem que enviar para esta Casa. É só isso, é só a gente fiscalizar. Estou só fiscalizando. Obrigado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “questão de ordem, Senhor Presidente. Em momento algum eu desconfiei que o Presidente está agindo de má fé, em momento algum. Mas, eu tenho cobrado o PEP, eu tenho cobrado o projeto de anistia, eu tenho cobrado o projeto de regularização do Vale da Esperança e a resposta sempre para mim é a mesma: ‘nós mandamos um ofício e não obtivemos resposta. Nós mandamos um ofício e estamos esperando resposta’. Olha, espere aí. Nós temos que ser informados disso aqui na Casa. Os



vereadores têm que ser informados disso na Casa. E se os Secretários não estão mandando as respostas, apesar que eu tenho as respostas do Secretário sobre a anistia e sobre a regularização do Vale da Esperança. Do PEP eu ainda não tenho porque eu não pedi ainda ao Secretário de Fazenda, mas nós não podemos ficar aqui à mercê de respostas que vem e chega na Casa, a Presidência com sua assessoria fala que ainda não atendeu aos objetivos dele. Tem que atender aos nossos objetivos enquanto vereadores. Então, o projeto tem que estar na Casa, tem que tramitar na Casa para o vereador participar ativamente do projeto e dar a sua opinião, e dar a sua opinião. Então, eu só venho aqui... Estou cobrando isso tem o que? Três, quatro meses que eu estou cobrando isso e a resposta é sempre a mesma: ‘estamos aguardando a resposta do Secretário. Estamos aguardando...’. Ora, espere aí. Então, vamos chamar esses Secretários aqui, vamos chamar aqui em Plenário os Secretários para eles darem as respostas aqui que nós estamos precisando, que o importante é que a gente vote esses projetos que são de alcance social e de interesse do município de Nova Lima. Obrigada”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, como vice-líder do PT. Em um município aonde a gente confunde os poderes, a gente confunde os poderes aqui, não é? O que a gente tem visto é que uma referida empresa se considera um poder, um poder absoluto e que aonde ela passa fica esse respingo aí. Numa cidade onde a gente vê uma família com cinco crianças na rua porque a mesma empresa não tem compaixão, jogou a casa da senhora no chão. Uma dívida de dezoito milhões, este vereador só quer a verdade. Se deve, não tem dificuldade não, vamos propor uma desapropriação de um terreno bom e vamos distribuir para os nossos filhos, os filhos de Nova Lima, projeto de alcance social. O



que não pode o que eu busco é a verdade, enquanto os vereadores esperam uma resposta em quatro meses, cinco meses, eu espero tem um ano, oficializado, onde esta Casa criou uma comissão, que tem vereador que nem sabe que ele fez parte dela. Aí se torna o absurdo. Então, eu não concordo, quero as respostas. E eu, enquanto vereador, tenho sim o dever de buscar, e o Secretário tem a obrigação de me informar o que eu pergunto para ele porque o que eu peço para ele, eu peço é em nome do povo. Se este povo não é respeitado e este vereador enquanto peço, aí simplesmente consultar a Casa, aí é de novo engolir. Então, ou seja, manda as respostas, os comprovantes, declarações e tudo mais. Eu não tenho nada contra empresa nenhuma, sou a favor do povo, são dezoito milhões e setecentos mil, não é isso? É simples de resolver. Quando se aprova o projeto, você iguala todo mundo, o pequeno com o grande e no fundo, a verdade, você só favoreceu o grande porque o pequeno já vem lutando todo dia. Então, eu acompanho a Casa em tudo, gente, mas naquilo que é correto. Nisso eu estou cheio de razão, correto. Eu vou hoje mostrar os ofícios aqui, esta luta minha tem um ano, o primeiro ofício que eu encaminhei. Então, é um absurdo. Então, se o desrespeito chega nesse nível em nome dos pequenos, puxa vida, viu? Coitada daquela senhora que perdeu a Casa, coitados dos outros que estão perdendo a casa. Então, é isso aí. Obrigado”. O Senhor Presidente: “eu não posso ficar calado porque nós convidamos o Secretário, senhor Geraldo Magela, e as respostas não foram convincentes, e a vereadora Ângela e o vereador Silvânio se ausentaram da reunião, com a reunião devia de ter uns dez minutos de iniciada. Então, realmente, o senhor Geraldo Magela veio aqui, mas não deu as respostas convincentes. Nós junto com a assessoria, nós estamos trabalhando muito nesta Casa em prol de Nova



Lima, que demora um pouco, mas nós temos que apresentar as coisas corretas aqui. Sobre a anistia eu já falei aqui, não vou falar mais, o dia que ela estiver adequada principalmente para ajudar o povo carente, ela vai estar aqui. Eu não sou obrigado a colocar uma coisa para ser votada aqui que eu não concordo. Por exemplo, a anistia, é a última vez que eu vou falar, eu não concordo que ela seja votada por região, ela tem que ser votada por bairro porque um Bairro do Cruzeiro, Morro das Pedrinhas, Cristais não podem ser comparados com o Padre Oswaldo Barbosa Pena, e uma das dúvidas nossas é essa. Então, o prefeito Cassinho vai nos atender e nós vamos entrar em acordo e a gente vai apresentar as emendas se ele não quiser fazer as modificações que nós estamos pedindo. Aonde você compra um barraco em Nova Lima por trinta mil? Eu não vou falar isso aqui mais, eu vou colocar o dia que estiver adequado. Aonde você compra um barraco em Nova Lima por trinta mil? Nós queremos que aumente para cem mil ou que seja setenta mil. Que não seja sessenta, setenta metros, que seja cento e vinte metros quadrados. Então, fica colocando culpa principalmente no Presidente da Câmara, mas quantas vezes nós fomos lá e nós não entramos em acordo com o prefeito. Então, o Cassinho tem que agilizar as coisas lá, que nós vamos agilizar aqui. Então, estou dando essas explicações, não vou falar isso mais, eu não estou aqui para prejudicar Nova Lima em absoluto. Só que eu não vou colocar coisas erradas aqui para ser votadas, eu não posso fazer isso”. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.506/2015, autoria do vereador José Guedes, que “Dispõe sobre a proibição do tráfego de caminhões e veículos pesados durante o “horário de pico” em Nova Lima”. O Senhor Secretário proferiu leitura da emenda modificativa de



autoria do vereador José Guedes: “Modifica a redação do artigo 1º do projeto em epígrafe, o qual passará a vigorar nestes termos: Artigo 1º. Fica vedado o tráfego de carretas de minério de segunda a sexta-feira, exceto em feriados nacionais, nos horários de seis às vinte e duas horas no Município de Nova Lima”. Em discussão, o Senhor Presidente: “quero fazer um relato. Esse projeto de minha autoria foi um projeto muito polêmico aqui na Casa e eu como sou um vereador que eu procuro ouvir a maioria, cheguei à conclusão e sou sabedor disso porque eu transito muito na MG-030 e eu vejo que o maior problema em Nova Lima sobre o tráfego são as carretas de minério. Então, eu coloco aqui em discussão a minha emenda. Está em discussão, em votação. Os vereadores que concordam com a emenda do vereador José Guedes permaneçam como estão. Aprovada, nove votos. Ainda quero dizer que vou contar muito com o senhor, vereador Flávio, a gente, apesar que nós somos de partido diferentes, mas esse vereador aqui não tem partido, o meu partido é Nova Lima. Continua em discussão, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos. Discussão do Projeto de Lei 1.506/2015, autoria vereador José Guedes, “Dispõe sobre a proibição do tráfego de caminhões e veículos pesados durante o “horário de pico” em Nova Lima”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “está em discussão, Senhor Presidente?”. O Senhor Presidente: “eu vou consultar o Plenário porque é um projeto polêmico, já está na Casa há muito tempo, eu coloco em discussão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem. É polêmico, está na Casa há muito tempo. O vereador Leci à época da primeira entrada dele sugeriu uma audiência pública para discutir o tema. Ele já entrou e saiu de pauta várias vezes. Eu não me sinto à vontade para votar nele porque



o que eu tenho são opiniões, assim, uns acham interessante, outros acham que não é tão interessante. Eu entendo perfeitamente a dificuldade que Nova Lima enfrenta, o crescimento populacional é muito grande, a nossa topografia é ao mesmo tempo que privilegiada, ela está sendo judiada com esse crescimento. Até agora eu não sei se está proibindo dentro ou se está proibindo só na MG, se está proibindo caminhão de minério ou se está interferindo nos caminhões que atendem os empresários que dependem desses caminhões pesados dentro da cidade. Eu não consegui ainda entender como é que você consegue proibir o tráfego na MG e permitir a entrada na cidade porque ele vai ter que passar por lá, os que têm que entrar na cidade. Então, por não entender direito e já ter sido, já ter... Eu até entendo, tive até conversando com uma pessoa que é do Conselho de Segurança e Trânsito essa semana, que é favorável à limitação do tráfego de caminhões dentro da cidade, que tem exemplos. Nós temos exemplos fabulosos aí como Ouro Preto, Mariana, mas tudo isso é acompanhado de muita discussão. E esses projetos que atingem diretamente seja empresário, seja de mineradora, seja de empresário da cidade, seja microempresário, seja um trabalhador comum, eu acho que todas as partes têm que ser ouvidas. Então, como eu não enxerguei esse processo desse jeito, então eu já quero deixar aqui claro que eu vou me abster desse voto”. O Senhor Presidente: “vou colocar em votação. Em sua primeira votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu também me abstenho”. O Senhor Presidente: “aprovado por um, dois, três, seis contra...”. O vereador Leci Alves Campos: “eu também vou me abster, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “três abstenções. Quero agradecer e vou colocar em



segunda votação”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “quatro abstenções”. O Senhor Presidente: “faz o favor de repetir para mim os que se abstiveram”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu me abstenho”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu me abstenho”. O vereador Leci Alves Campos: “eu me abstenho”. O Senhor Presidente: “cinco votos a favor. Eu quero colocar em sua segunda discussão e votação. Em sua segunda discussão e votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu me abstenho”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu me abstenho também”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu me abstenho”. O vereador Leci Alves Campos: “continuo com a abstenção”. O Senhor Presidente: “cinco a quatro. Só quero dizer que realmente é polêmico e que essas carretas somente as de minério. Quero agradecer aos vereadores que votaram comigo. Vou colocar o projeto, encaminho à sanção. Quero fazer um relato que o povo de Nova Lima está sofrendo principalmente com as carretas de minério. Quando um vereador vem para esta Casa, põe um projeto principalmente contra os poderosos, fica difícil, tem que ter coragem nesta Casa para colocar esses tipos de projetos porque envolve muita coisa. Para quem não conhece, antigamente principalmente as carretas pesadas eram de vinte e duas às seis da manhã. Então, é um sofrimento, é um perigo. Não adianta falar que elas trafegam em baixa velocidade, que é mentira quem faz isso. Eu deparo com essas carretas, muitas vezes, a mais de cento e vinte. Então, vai esperar mortes? Vai esperar um trabalhador cansado, chegando do seu serviço atrás de quatro cinco carretas. Eu não posso concordar com isso, tem que ter muita coragem para enfrentar nesta Casa certos



projeto aqui, e eu tenho graças a Deus”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, até mesmo que o projeto do senhor vem na hora certa porque quem acompanha as leis da nossa cidade e acompanha a própria cidade, nas entradas da nossa cidade já tem as placas dizendo ‘até cinco toneladas, de sete às dezenove’. Então, a lei do senhor vem no momento certo e vem, com certeza, vai evitar muitos acidentes nessa rodovia”. O Senhor Presidente: “mais uma vez eu agradeço o senhor”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu queria justificar aqui, Senhor Presidente, a minha abstenção, o senhor me permite?”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador André Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “deixar bem claro aqui o seguinte, este projeto entrou de um jeito na Casa, a primeira entrada dele proibia todos os caminhões de entrarem dentro da cidade. Eu fui procurado por várias pessoas que eram interessadas em discutir o projeto, sugeri que essas pessoas fossem ouvidas antes que se votasse. Eu acredito que mesmo mexendo no projeto, eu acho que é interessante você ouvir as partes interessadas em qualquer projeto. Então, é complicado, você está entrando numa área onde vai atingir um... Embora, às vezes, a gente faça uma lei... A lei tem essa peculiaridade, você faz ela com o objetivo de atingir alguma coisa, mas às vezes ela vai atingir outra. Então, o que a gente está querendo, o que eu quis, vereador Flávio, foi apenas que algumas pessoas que me pediram fossem ouvidas. Eu até entendo que elas foram atendidas no sentido de tirar o que ia prejudicar elas, mas elas não foram ouvidas e isso me incomodou bastante. É só esta questão que me fez abster do voto”. O Senhor Presidente: “eu não ouvi porque eu entrei com a emenda que a proibição é somente para as carretas de minério, isso é questão de ganhar tempo”. 2) Projeto de Lei



nº 1.522/2015, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Dispõe sobre campanha permanente de combate à pedofilia e exploração sexual contra crianças e adolescentes, e dá outras providências”. Em primeira votação, aprovado por nove votos. 3) Projeto de Lei nº 1.525/2015, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Assegura aos irmãos vaga no mesmo estabelecimento de ensino da rede pública municipal”. Em primeira votação, aprovado por nove votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, pela ordem”. O Senhor Presidente: “eu quero lembrar aos vereadores que nós temos dez requerimentos e tem um vereador inscrito no Grande Expediente. Com a palavra o vereador”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, eu queria fazer três colocações aqui e pedir permissão para o senhor para eu, ao final, sair da reunião. Primeiro, eu quero cumprimentar a vereadora Ângela Lima, que amanhã é aniversário dela. Parabéns, vereadora, representante das mulheres na Casa, fica aqui o meu cumprimento. Eu gostaria de solicitar, Senhor Presidente, como sei que tem dez requerimentos, eu gostaria de tirar os meus de pauta e solicitar que, se o senhor me permitir, tem um requerimento do vereador Alessandro Luiz Bonifácio que eu gostaria de votar neste requerimento e...”. O Senhor Presidente: “o senhor gostaria que colocasse ele primeiro”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, exatamente, e após ele ter sido colocado em pauta, eu gostaria de pedir ao senhor que me ausentasse em função de que eu tenho um compromisso de família hoje e fiquei na reunião em função desse requerimento”. O Senhor Presidente: “o seu pedido será atendido. Quero dizer e garantir que nós já reunimos na antessala aqui com a diretora do Sindicato há uns dias atrás e foi acertado nessa reunião que todos os vereadores darão total cobertura, total apoio à causa



trabalhista. Eu sempre digo que o alicerce de Nova Lima são os funcionários. Então, às vezes, o vereador não faz floreado aqui e ele é visto com outros olhos. Eu não sou vereador de ficar fazendo floreado, sempre votei com os funcionários e sempre votarei. Então, às vezes, a gente vê umas coisas na mídia aí que chateia. É meu estilo, não sou de fazer média para quem me conhece. Então, os dez vereadores darão novamente o apoio aos funcionários. Volto a dizer que os funcionários são o alicerce da nossa cidade”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) De autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Executivo que não envie projetos a esta Casa com intuito de discutir direitos dos servidores públicos, antes de convocar o Sindserp. Aprovado, nove votos. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “eu coloquei em discussão, o senhor vai falar sobre o requerimento? O senhor tem que falar antes, vereador. Já foi votado, mas eu vou permitir o senhor”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “quero agradecer a todos os vereadores. Hoje de manhã, eu estive na Nova Lima FM 87,9 e falei do apoio de todos os vereadores, dos dez vereadores ao Sindicato. Coloquei esse requerimento em votação porque dia quatorze, a Érika estava aqui, a presidente, e depois da Tribuna Popular não pode comentar, viu Presidente. Aí, a presidente mandou para cada gabinete, eu fiz um requerimento para dar mais força e para mostrar que os dez vereadores estão a favor do servidor público. Então, eu quero agradecer a cada um. O vereador Nélio Aurélio não está presente por motivos de saúde pelo jeito, mas o Flávio, o Silvânio, o Gilson, o vereador José Guedes, a Ângela Lima, Leci Campos, Fausto e André. Muito obrigado e eu sei que nós estamos



juntos com o servidor público”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu vou conceder, mas o andamento está errado. Com a palavra o vereador, está com a palavra”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não, eu estou pedindo questão de ordem, não é para falar do... É só porque ele citou aqui o vereador Nélio, eu tinha esquecido de avisar no início da reunião que ele tinha pedido para avisar que ele estava em Juiz de Fora e, provavelmente, ele não ia conseguir chegar. Então, aí, ele tinha pedido para avisar”. O Senhor Presidente: “obrigado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “resolvendo questões lá de terreno dele lá”. 2) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Senhor Presidente envie moção de pesar à família enlutada da Sra. Maria Efigênia Lopes Portella, em nome de seu esposo Sr. José Maria Portella, residente e domiciliado à Rua Santa Cruz, nº 164, no Bairro Centro em Nova Lima. Em discussão, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar ao vereador Leci se eu pudesse assinar com você este requerimento”. O vereador Leci Alves Campos: “perfeitamente, vereadora”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu não fiquei sabendo do falecimento da professora da Escola Emília de Lima, aposentou no Emília de Lima, não é? Muito dedicada. Eu não fiquei sabendo, então, se o senhor me permitir, eu gostaria de assinar”. O vereador Leci Alves Campos: “foi muito rápido realmente o óbito dela. Com certeza, vereadora, vamos assinar juntos sim”. Aprovado, oito votos. 3) De autoria do vereador José Guedes: Requer que esta respeitosa Casa envie moção de pesar para a família do Sr. Antônio Marcos Vieira (Cicinão) pelo seu falecimento no dia 22 de junho de 2015. Em discussão, o Senhor Presidente: “eu gostaria de falar sobre o meu grande amigo



Cicinão desde infância, que colocava o seu coração no bico da chuteira, naquele tempo que o Villa Nova honrava a nossa cidade, ganhava-se pouco, mas tinha grande amor pelo clube. Então, Cicinão foi uma pessoa que defendeu... Eu queria pedir a menina do Sindicato. Oi, eu queria que você ficasse aí um segundo, eu estou falando de Cicinão, mas gostaria de dizer que a Romualda, esposa do Cicinão, foi ao longo da sua vida uma grande defensora principalmente na causa de salários e do ensino em Nova Lima. A senhora Ângela conviveu anos e anos com a Romualda, a minha esposa também conviveu, amiga dela do peito e eu grande amigo do esposo dela. Então, a Romualda merece todo o carinho desta Câmara e de todos funcionários. Quantas vezes naquele tempo lá atrás quando a prefeitura não tinha dinheiro para fazer os pagamentos, fazia-se vales. Desde aquele tempo, ela lutou a vida toda em prol do funcionário. É isso que eu queria dizer, é uma mensagem à família do Cicinão, uma pessoa muito boa, uma pessoa muito querida juntamente com a sua esposa e seus filhos”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “senhor vereador, realmente eu comprovo tudo o que o senhor falou. Realmente, a Romualda sempre foi uma professora batalhadora e defensora da classe. E se ainda houver tempo eu gostaria de assinar com o senhor esta moção de pesar”. O Senhor Presidente: “com muito prazer”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu também gostaria de assinar com a Vossa Senhoria”. O Senhor Presidente: “com muito prazer”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu também...”. O Senhor Presidente: “com muito prazer”. O vereador Flávio de Almeida: “se puder assinar com o senhor”. O Senhor Presidente: “fica em nome da Casa, fica mais bonito porque eles são grandes merecedores. Eu concedi em nome da Casa”. 4) De



autoria do vereador José Guedes: Requer ao Prefeito Municipal a colocação de um quebra-molas na Avenida Presidente Kennedy, próximo ao nº 380, no Bairro Cabeceiras. Aprovado, oito votos. 5) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal se posicione sobre o Edital de Subvenções a ser emitido pela Secretaria de Esportes e Lazer para o exercício de 2015. Aprovado, oito votos. 6) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Senhor Presidente envie moção de pesar à família enlutada do Sr. Lúcio Pereira, em nome de sua esposa Sra. Nancy Queiroz Pereira, residente e domiciliada à Rua Professor Celso Dias, nº 27, no Bairro Centro em Nova Lima. Aprovado, sete votos. 7) De autoria do vereador Gilson Antônio Marques: Requer ao Prefeito Municipal providencie a sinalização necessária de estreitamento de pista na Rodovia MG-030 sentido Nova Lima/Rio Acima, entre os Bairros Bela Fama e Nova Suíça, onde a pista segue duplicada e, logo após a curva, a Rodovia volta a ser pista simples. Aprovado, sete votos. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, eu tenho um requerimento verbal. Que a Secretaria de Transporte e Trânsito envie a esta Casa informações, por escrito, se houve supressão de horários ou linhas por parte da Via Ouro no transporte coletivo urbano. Peço essas informações porque vários usuários têm reclamado junto ao meu gabinete sobre a diminuição de horários em várias linhas. Muito obrigado”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu tenho um verbal, tá?”. Em discussão, o vereador Fausto Niquini Ferreira: “eu gostaria de saber se tem algum vereador aqui que já recebeu essa queixa também”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu já, várias. Da Via Ouro, por sinal, eu recebo reclamações é quase que



diariamente”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “vereador, e nós nunca temos informações, não é?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu já perdi a paciência já com a Via Ouro. Mas o que é dela está guardado”. Requerimento aprovado por oito votos. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu já fiz os meus três requerimentos, então eu não posso fazer mais, contudo eu gostaria só de explicar que eu vou estar procurando a Comissão de Saúde aqui da Casa porque aconteceu... Foi falado aqui sobre a Via Ouro e durante a novena de Santo Antônio, uma senhora idosa estava, não sei se estava entrando no ônibus ou saindo do ônibus. O ônibus saiu do local, arrancou, a senhora caiu, hoje ela está com os três dedos da mão amputados e parte do pé. E procuraram a Via Ouro, a Via Ouro nem atendeu a família da pessoa. Então, eu vou procurar a Comissão de Saúde para a gente tratar desse assunto”. O Senhor Presidente: “se o Plenário concordar com uma abertura para o senhor fazer esse requerimento que é tão grave, eu vou colocar em votação porque é muito grave”. O vereador Leci Alves Campos: “e para tristeza, Senhor Presidente, essa semana teve a Conferência de Cuidados com os Idosos e foi falado a tristeza desse fato que aconteceu na cidade e a empresa não se posicionou”. O Senhor Presidente: “pelo fato de a gente não perder mais uma semana, chamar a atenção porque realmente a Via Ouro, ela tem alguns problemas. Eu tenho sido sempre indagado na rua sobre coisas que não devem acontecer principalmente com a Via Ouro. Eu coloco em votação, os vereadores que concordam com o requerimento verbal do vereador Leci Campos, pelo fato de ser uma coisa gravíssima, permaneçam como estão”. O vereador Leci Alves Campos: “muito obrigado, Senhor Presidente. Seria a marcação de uma reunião da



Comissão de Saúde com a presidente do conselho que relatou o problema e a família da idosa para a gente verificar que providências poderemos tomar”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “vereador Leci, isso é filme repetido. A Via Ouro presta uma péssima assistência a todos os que sofrem acidentes. Eu já vi essa história. Ela tem, sabe o que? Uma seguradora e ela vai, e é como se ela falasse assim ‘se vira com essa seguradora aí’. E a assistência dessa seguradora é uma assistência palha. Ela não respeita, a verdade é essa, ela não respeita quem sustenta ela que são os usuários das linhas de ônibus”. O Senhor Presidente: “continua em discussão o requerimento. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “são dois requerimentos, Presidente. O primeiro é pedir que o Senhor consulte os meus nobres vereadores para convocar o Secretário de Habitação para dar-nos informações sobre os novos apartamentos que estão sendo construídos no Bairro Nossa Senhora de Fátima, para que ele compareça aqui na Casa”. Aprovado, oito votos. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “o outro é uma moção de pesar para a família do Senhor Reginaldo Pereira pelo falecimento da sua mãe, Divina Pereira da Rocha, no dia vinte e dois de junho de dois mil e quinze. Obrigado, Presidente”. Aprovado, oito votos. O vereador Flávio de Almeida: “bom Senhor Presidente, eu vou ser rápido, é só para a gente parabenizar o vereador Gilson Marques por ter tornado a Secretaria melhor, por ter uma leitura dinâmica, a gente recebe a informação com mais nitidez. Então, o senhor está de parabéns, vereador, primeiro pela coragem e depois pela forma que o senhor está lendo, pela forma que o senhor traz para a gente a informação da leitura que é muito importante”. O vereador Gilson Antônio Marques: “muito obrigado. Nós vamos



devagarinho aqui, mas vamos aprendendo dia-a-dia”. O Senhor Presidente: “eu ia relatar esse fato na Tribuna”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu também quero parabenizar o vereador Gilson Marques pela condução como Secretário”. O vereador Gilson Antônio Marques: “muito obrigado”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “eu não sabia que o senhor tinha uma voz tão bela assim”. O vereador Gilson Antônio Marques: “muito obrigado. Eu estou solteiro”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, eu gostaria de convocar a Comissão de Saúde para uma reunião terça-feira que vem, às dezessete horas com a Presidente do Conselho, viu vereador Leci Campos? Pode convocar ela lá para terça-feira que vem, dezessete horas, para tratar do assunto desse acidente com a Empresa Via Ouro. Muito obrigado”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, só um lembrete aqui, para convidar o pessoal para a audiência pública, dia vinte e nove, às dezoito horas, assunto sobre políticas, na Câmara. Obrigado”. Inscrito no Grande Expediente, o Senhor Presidente informou: “eu vou a Tribuna”. O vereador José Guedes: “quero primeiramente parabenizar o vereador Gilson por ter assumido a Secretaria da Câmara. Quero dizer, Senhor Gilson, que o senhor é admirado pelo vereador José Guedes pelo fato que hoje, nos dias atuais, é muita falsidade no nosso meio político e o senhor não manda recado, o senhor fala o que o senhor sente no coração. Então, o senhor está de parabéns, foi muito bom ter o senhor aqui, sentado do meu lado, um belo trabalho”. O vereador Gilson Antônio Marques: “muito obrigado”. O vereador José Guedes: “este recado é para alguns maus intencionados e mau caráter que usam as redes sociais dando palpites errados, dizendo que eu tenho que diminuir os repasses da Câmara para a prefeitura.



Seus incompetentes, não vou devolver nada, a Câmara tem seus compromissos. Devolver dinheiro para a prefeitura se eu como presidente tenho que administrar a Câmara com sabedoria e eficiência. O que é melhor? Devolver dinheiro para prefeitura ou aumentar salários, que está revolvido, será nove por cento de aumento para os funcionários da Câmara. Devolver dinheiro se eu vou colocar na Câmara um elevador, que tem quinze anos que está emperrado, um prédio com três andares. E nós batalhamos juntamente com a Dra. e com o advogado Lucimar aqui da Câmara. Foram até à Promotora, a desculpa aqui na Câmara era que o judiciário proibia. E agradeço à Juíza, Dra. Mirna, que liberou para a gente fazer a compra, lógico com licitações, que aqui não tem nada fora de licitações. A gente em breve, nós colocaremos aqui o elevador. Devolver dinheiro ou reformar o prédio da Câmara que está com sérios problemas, inclusive com vazamentos. Devolver dinheiro ou colocar catraca com crachás, que em breve será inaugurado, coibindo que pessoas que não devem frequentar a Câmara, entram aí constantemente usando bebida alcoólica, completamente embriagado e pessoas ameaçando, há quinze dias atrás, até com revólver. Então, nós vamos colocar a catraca sim, vou colocar os crachás. Isso aí, há muito tempo que eu tinha esse pensamento, o vereador Leci me deu total cobertura nisso aí. Devolver dinheiro ou fazer toda adequação da estrutura da rede de dados, adequação da estrutura do circuito fechado de TV e adequação da infraestrutura de telefonia. A rede antiga estava prestes a fechar curto em todo prédio, o prejuízo seria maior, obra concluída. O pessoal da Informática aí está todo dia me agradecendo. Com tantos problemas na Câmara para serem resolvidos, se eu devolvesse dinheiro para o município, eu seria um



incompetente, a Câmara é um órgão independente e não tem nada a ver com os problemas financeiros que estão acontecendo na prefeitura. Críticos, vocês não sabem o que falam, procurem inteirar dos assuntos, como Presidente da Câmara Municipal, estou trabalhando muito em prol de Nova Lima. Uns elementos, infelizmente, eu não vou perder meu tempo para dar respostas a umas pessoas desocupadas aqui em Nova Lima e são muitos que ficam nas redes sociais tentando denegrir o nosso município, os vereadores e a prefeitura. Pessoas que nunca produziram nada, produzem sim coisas erradas, são os verdadeiros mariquinhas. E eu não vou abaixar a minha cabeça como eu nunca abaixei para esses elementos. Volto a falar, está chegando o dia dois de julho, essa Presidência e a Câmara ingressaram na Justiça contra certas coisas, contra certos elementos que querem forçar, querem levar proveito às coisas das safadezas nas redes sociais. Em cima de mim não, quem me conhece sabe que eu sou um vereador que defendo Nova Lima e meu Villa Nova até o meu último momento. Não vou abaixar a cabeça. Obrigado, boa noite”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião._